



**II CONGRESSO INTERNACIONAL – LÍNGUAS,
CULTURAS E LITERATURAS EM DIÁLOGO:
IDENTIDADES SILENCIADAS
Universidade de Brasília – 16 a 18 de agosto de 2018**

**RESUMOS QUE COMPÕEM O SIMPÓSIO
REVITALIZAÇÃO LINGUÍSTICA: EXPERIÊNCIAS, DESAFIOS E
PERSPECTIVAS**

Coordenadores:
Profa. Dra. Lílian Teixeira de Sousa (UFBA)
E-mail: lilian.sousa@ufba.br
Prof. Dr. Marco Tromboni (UFBA)
E-mail: mtromboni@uol.com.br

(Em ordem de apresentação)

TÍTULO DO TRABALHO: As línguas gerais e a afirmação indígena no Brasil: o nheengatu do baixo Tapajós e o Tupinambá-Guarani de São Paulo.

Autores: Maria Bidoca Castro Baniwa (UEA); Miguel Carlos Piloto Baniwa (UEA);
Patrícia Regina V. Veiga (UNICAMP)

RESUMO:

Esta apresentação tem como objetivo fazer uma reflexão a partir da experiência como docentes no curso de língua nheengatu (Língua Geral Amazônica) e notório saber aos indígenas da região do baixo Tapajós (Pará/ Brasil) que estão no processo de afirmação de suas identidades e origens étnicas, silenciadas pela colonização. Nesse sentido que se insere o trabalho linguístico com o aprendizado desta língua, que está presente nos nomes dos lugares [Parawá (aldeia Papagaio)], nos modos de preparo da alimentação [*pukeka* (peixe assado na folha)], no trabalho [*kakuri* (armadilha para pegar peixe)], entre outros. Essa experiência intercultural de docência permitiu a nós pensarmos em uma metodologia de trabalho própria, em que as aulas mesclavam o conhecimento teórico e gramatical sobre a língua com os seus usos por falantes indígenas atualmente. Utilizamos uma pedagogia baseada na língua em seu contexto de uso, formando frases e diálogos sobre as situações cotidianas e relacionando-as ao modo de vida indígena. Esta experiência despertou a ação de pesquisar a etimologia das palavras de origem Tupinambá-Guarani da região de São Paulo, juntamente com pesquisadores guarani, em que se pretende, a partir dos topônimos e das influências das línguas gerais e indígenas no português brasileiro, provocar educadores sobre a presença indígena no Brasil, de modo a pensar

em novas metodologias pedagógicas que valorizem as raízes indígenas e sua história nos currículos escolares nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação intercultural; Ensino da língua nheengatu; Identidade étnica; Afirmção indígena; Presença indígena no Brasil; Temática indígena nas escolas

TÍTULO DO TRABALHO: O Nheengatu no rio Tapajós: revitalização linguística e resistência política.

Autores: Florêncio Almeida Vaz Filho (PAA/UFOPA); Sâmela Ramos da Silva Meirelles (UNICAMP/ UNIFAP)

RESUMO:

O trabalho trata do processo histórico de revitalização do Nheengatu ou Língua Geral Amazônica (LGA) coordenado pelas organizações e lideranças indígenas no baixo rio Tapajós, Pará. Desde 1998, 70 comunidades ribeirinhas, reunindo 8 mil moradores, se reorganizaram politicamente e retomaram identidades étnicas como povos indígenas. A revitalização do Nheengatu na região, através de oficinas e minicursos, foi iniciada pelo Grupo Consciência Indígena (GCI) em 1999, atendendo a uma urgente necessidade dos indígenas na sua luta pela reafirmação identitária como povos diferenciados. Isso porque os mais velhos lembravam que a “língua geral” (LGA) ainda era falada por seus avós até as primeiras décadas do Século XX. O GCI trouxe para o rio Tapajós vários indígenas do rio Negro (AM) para atuar como professores de Nheengatu nas aldeias indígenas. Tal processo tem se configurado como uma ação política por meio da linguagem, sendo a retomada do Nheengatu um ato político de resistência desses povos que, assim, têm se reconectado com sua ancestralidade. Isso possibilitou também uma nova dinâmica cultural, pois estimulou a busca pela memória histórica e linguística dos indígenas durante as oficinas e cursos de Nheengatu, resultando numa reinvenção de tradições. Surgiu um novo discurso sobre o Nheengatú, não mais como língua indígena que “já foi falada” na região, mas como língua viva que transmite conhecimentos diversos que ancoram e dão sentido às práticas indígenas desses povos. Língua como instrumento de afirmação identitária. Recentemente, conquistou-se a implantação do ensino do Nheengatu na sua educação escolar. E no lugar das oficinas, surgiu o Curso de Nheengatu, com 360 horas, ofertado pelo GCI e Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), como um espaço de formação de professores indígenas de Nheengatu que têm atuado nas escolas das aldeias na região.

PALAVRAS-CHAVE: Revitalização; Nheengatu; Rio Tapajós; Indígenas

TÍTULO DO TRABALHO: Revitalização e Ensino de Língua na comunidade Tupinambá

Autor: Francisco Vanderlei Ferreira da Costa (IFBA)

RESUMO:

A diversidade linguística brasileira é uma riqueza pouco conhecida e apreciada. A direção contrária à diversidade é o caminho mais trilhado pela sociedade. Esse posicionamento dificulta o processo de revitalização de língua, pois colabora para com a invisibilidade das muitas línguas presentes em território nacional. Para as línguas indígenas do Nordeste do Brasil, essa dificuldade é ainda maior, pois sua condição linguística é minimizada. A



partir desta consideração, esta exposição será sobre a interação da Comunidade Tupinambá com a língua indígena Tupi/Tupinambá, língua que se encontra em processo de revitalização. Trata-se do resultado de um estudo etnográfico realizado no Sul da Bahia. Este levantamento de dados da língua indígena ainda presente entre os Tupinambá foi realizado em três comunidades: Olivença, Serra do Padeiro e Patiburi. Por meio da coleta de palavras, consideradas pela comunidade como parte da língua de índio, verificou-se uma forte ligação do grupo com uma língua ancestral, a qual mantém a identidade da comunidade Tupinambá fortalecida. Tal pesquisa revelou uma grande quantidade de palavras que são usadas na comunidade e que são classificadas como uma língua materna. Vale ressaltar que tais palavras são ensinadas nas escolas da etnia, com o intuito de fortalecer a identidade étnica do grupo.

PALAVRAS-CHAVE: Revitalização; ensino de língua; língua tupi/tupinambá

TÍTULO DO TRABALHO: Atualização Ortográfica e Tradução de uma Narrativa Sagrada: Uma Proposta de Revitalização Linguística

Autor: Ivana Pereira Ivo (UNICAMP/ UFBA)

RESUMO:

Segundo o professor Aryon Rodrigues (1993), quando os europeus chegaram ao que hoje constitui o território brasileiro, eram faladas, pelo menos, 1.175 línguas indígenas. Após considerável perda linguística ao longo dos anos, por fatores diversos, dados oficiais sugerem um total de 180 línguas ainda faladas no Brasil, embora se acredite que, de fato, sejam faladas apenas em torno de 170. Dessas línguas, segundo D'Angelis (2014, p. 97), mais de 50% contam com menos de 500 falantes e quase 70%, com menos de 1.000 falantes, o que aponta para um eminente desaparecimento dessas línguas em um futuro bem próximo. Diante desse quadro, e em busca de afirmações identitárias, várias comunidades indígenas têm solicitado projetos voltados à revitalização e/ou ao resgate de suas línguas, o que tem sido feito por alguns pesquisadores por meio de estratégias e metodologias diversas. Neste trabalho, pretende-se refletir, por meio de uma proposta desenvolvida entre os *Nhandewa* de Avaí, São Paulo, sobre questões relacionadas ao papel da escrita em sociedades indígenas, considerando-se metodologias voltadas à tradução e à ressignificação de narrativas sagradas como estratégias para revitalização linguística.

PALAVRAS-CHAVE: Línguas Indígenas; revitalização linguística; narrativas sagradas

TÍTULO DO TRABALHO: Pesquisa científica e pesquisa aplicada no contexto de documentação de língua e cultura do caxinauá

Autor: Eliane Camargo (EREA, IFEA, Ipê)

RESUMO:

Em 2006, a pedido da Organização dos Professores Indígenas do Acre (Opiac), realizou-se na aldeia Mucuripe, no rio Tarauacá (Acre), uma oficina de língua e cultura caxinauá. Professores e agentes de saúde indígenas tiveram uma participação ativa, servindo-se da metalinguagem linguística para apreender fatos da língua. Diferentes termos técnicos, como fonética, fonologia, raiz lexical, morfologia, foram discutidos em português e, uma vez assimilado o conceito, os participantes caxinauás discutiam-no em sua língua materna



e, coletivamente, escolhiam o termo na língua. A experiência dessa oficina mostrou que trabalhar com a metalinguagem linguística é uma abertura aos professores indígenas. Estes puderam pensar sobre o funcionamento de sua língua na língua, assimilar termos técnicos na língua vernácula, permitindo-lhes uma melhor compreensão do processo de análise de sua língua e o valor das ferramentas linguísticas. Dessa primeira oficina, outras vieram a somar com realizações anuais em campo durante as quais a língua e a cultura passaram a ser estudadas à partir de reflexões feitas na língua sobre ela e sobre a cultura. Desse trabalho resultou-se a publicação de dois livros e um no prelo, com um ‘canteiro de obras’ de um dicionário e de uma gramática elaborados conjuntamente com o grupo. Pertencente à família pano, localizado na bacia dos rios Juruá-Purus entre o Brasil e o Peru, o caxinauí foi congratulado com um projeto de Documentação da cultura e língua caxinauí realizado no âmbito do programa de Documentação de Línguas Ameaçadas (DoBeS - 2006-2011), (<http://dobes.mpi.nl/projects/cashinahua/?lang=fr>).

Este estudo apresenta uma parte projeto focando a realização de suas oficinas no âmbito de promover a transmissão de saberes ancestrais, abrindo discussão com membros da comunidade sobre o valor da diversidade cultural e linguística.

PALAVRAS-CHAVE: caxinauí; pano; educação; documentação de língua

TÍTULO DO TRABALHO: “A idioma da ciência” entre os Tuxá de Rodelas-BA: cosmopolítica e organização social indígena

Autor: Leandro Durazzo (PPGAS/UFRN)

RESUMO:

Entre o povo indígena Tuxá de Rodelas, no norte da Bahia, observa-se uma simultaneidade de registros linguísticos de características bastante distintas. De um lado, como na maior parte dos contextos indígenas do Nordeste brasileiro, encontramos um grupo social falante de português, sobretudo pelo histórico de expansão colonial na região e suas heranças de violência contra elementos não-colonizados, como o seriam as línguas nativas. De outro, temos em determinados contextos de práticas culturais – como as xamânica e ritual, complexo denominado pelos indígenas de “ciência” – uma modalidade de enunciação cuja descrição linguística ainda não foi efetuada. A este registro os Tuxá chamam de “a língua” ou “a idioma”: modalidade de expressão verbal, mormente oral, cuja filiação linguística não se vincula ao português, muito embora contenha em si alguma variedade deste. A dimensão ritual e cosmológica “da idioma”, não obstante, é elaborada também em outras instâncias sociais e organizacionais. Observamos, no recente processo de autodemarcação de Dzorobabé (Surubabel), território tradicional e historicamente vinculado aos Tuxá e a seus ancestrais, uma reivindicação ao mesmo tempo pela demarcação de suas terras – ainda inconclusa – e uma afirmação de ancestralidade linguística. Ao iniciar o processo de autodemarcação territorial e constituição de uma nova aldeia, os Tuxá criam um novo Conselho, instância política deliberativa até então inexistente, e nominam seus componentes – conselheiros representantes de “truncos familiares” – pelos nomes de seus ascendentes “na língua”. Esta comunicação discutirá alguns dos processos linguísticos e organizacionais que inserem “a idioma da ciência” em dinâmicas políticas intraétnicas, como a criação do Conselho, e buscará compreender como tais interfaces compõem um quadro de revitalização não apenas linguística, mas eminentemente cosmopolítica dado seu caráter de interlocução com o complexo xamânico da “ciência”.



PALAVRAS-CHAVE: Etnologia Indígena do Nordeste; xamanismo; política indígena; Antropologia

TÍTULO DO TRABALHO: A diversidade linguística indígena e um Brasil multilíngue a partir do *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes* de Curt Nimuendajú

Autor: Ana Carolina Rezende Leão (IPHAN-SEDE-DF)

RESUMO:

No contexto do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL/IPHAN), proponho analisar o projeto em andamento de nome Plataforma Interativa de Dados Geo-históricos, Bibliográficos e Linguístico-culturais da Diversidade Linguística no Brasil a partir do Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes de Curt Nimuendajú. A plataforma consiste no mapa em si digitalizado, mapas atuais sobrepostos, bem como fontes bibliográficas referenciadas pelo próprio autor e informações interativas relacionadas aos dados presentes no mapa, como, por exemplo, áudio de línguas indígenas nele representadas. O objetivo é discutir como é possível projetar, a partir de ferramentas informacionais, dados obtidos em documentos de natureza histórico-linguístico-antropológica significativa, ressaltando a relevância de instrumentos como o INDL, cuja função é “mapear, caracterizar e diagnosticar as diferentes situações relacionadas à pluralidade linguística brasileira, sistematizando esses dados em formulário específico” (BRASIL, 2010), para a possível preservação e revitalização de línguas e etnias indígenas.

BRASIL. Decreto 7.387, de 09 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm>. Último acesso em: 12 abr. 2018.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade linguística; *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*; línguas indígenas; multilinguismo; patrimônio cultural imaterial; Inventário Nacional da Diversidade Linguística

TÍTULO DO TRABALHO: Vocabulários Krenak do século XIX: atualizar e recuperar

Autor: Pedro Ternes Frassetto (UNICAMP)

RESUMO:

Os Krenak, originários do Vale do Rio Doce, possuem uma importante comunidade na Terra Indígena Vanuïre (Arco-Íris, SP) desde meados dos anos de 1940. Sendo o português aprendido como L1 pelas crianças da comunidade, o Krenak foi reduzido à condição de língua minoritária, falada apenas pelos mais velhos. No entanto, a comunidade atual está bastante empenhada em fortalecer e ampliar o uso da língua ancestral, perpetuando a identidade do povo. A língua Krenak é a única sobrevivente da família Botocudo, do tronco Macro-Jê, e está classificada em “situação crítica de perigo” pela UNESCO. Embora haja diversos registros sobre a língua desde o século XIX, não existem muitos estudos a seu respeito, mas dado seu caráter de língua obsolescente é previsível um processo de perda lexical, isto é, de abandono e conseqüente esquecimento de elementos do léxico. No intuito de promover uma política de respeito, estudo e apoio a ações de fortalecimento para a sobrevivência da língua Krenak, este trabalho compilou e atualizou três dos principais vocabulários já registrados da língua, datados do século



XIX, são eles: *Vocabulário Português-Botocudo* (1816) do alemão Maximilian de Wied-Neuwied; *Vocabulário Botocudo* (1865-1866) do canadense Charles Frederick Hartt; e o *Vocabulário Português-Botocudo* (1898-1899) do brasileiro Claro Monteiro do Amaral. Esses vocabulários foram digitados e seus vocábulos foram transpostos para o alfabeto fonético internacional com base em um estudo individual das notações empregadas pelos diversos autores. Na sequência, após estudo da fonologia subjacente à atual ortografia adotada pelos Krenak, os vocábulos foram transpostos para a forma ortográfica e organizados em um banco de dados unificado. Uma vez finalizado e disponibilizado, o vocabulário bilíngue Português-Krenak/Krenak-Português fica acessível à comunidade acadêmica, para futuros estudos, e aos Krenak atuais, que visam utilizá-lo para o ensino-aprendizagem da língua na escola indígena da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Macro-Jê; Botocudo; léxico; Linguística Antropológica

TÍTULO DO TRABALHO: Morfossintaxe de Línguas do Grupo Timbira: A Marcação Diferencial do Sujeito em Parkatejê

Autores: João Henrique Souza (UFMG); Fábio Bonfim Duarte (UFMG)

RESUMO:

Preservar uma língua indígena não é tarefa fácil e cabe a linguistas, entre outros profissionais, encontrar formas eficientes para resolver essa questão. Uma vez que devem ser extintas até 2030 cerca de 44 a 60 idiomas ameríndios, torna-se urgente trabalhos de descrição, documentação e revitalização da gramática dessas línguas (DUARTE, 2016). Nesta perspectiva, este trabalho busca estudar a morfossintaxe da língua Parkatejê (Timbira), pertencente à família linguística Jê, a qual pertence ao tronco Macro-Jê (RODRIGUES, 1999), descrevendo a marcação diferencial de sujeito em sua gramática, que apresenta padrão ergativo. Segundo Dixon (1994), o termo ergatividade é usado para descrever o padrão gramatical que acontece quando o sujeito de um verbo intransitivo é tratado da mesma forma que o objeto de um verbo transitivo, diferentemente do sujeito de um verbo transitivo. Afirma, ainda, que muitas línguas possuem uma mistura de sistemas ergativos e sistemas nominativos, ocasionando o surgimento de sistemas cindidos. De acordo com Ferreira (2003), em Parakatejê construções ergativas ocorrem em tempo passado e aspecto perfectivo, o que caracteriza cisão condicionada por tempo/aspecto/mo. Após análise de dados, verificamos que a língua apresenta três marcas de sujeito: uma sempre permanente e duas que se alternam. Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho é avaliar o estatuto gramatical das marcas de sujeito na língua. Averiguamos que o sujeito transitivo pode receber três marcas, a saber: a marca de Caso default { \emptyset } e as posições {-te} e {-my}. Observa-se que {-te} realiza Caso ergativo, enquanto {-my} indica o Caso dativo. A hipótese que assumiremos neste trabalho é a de que esta marcação diferencial do sujeito serve a um propósito específico, a saber: indicar uma semântica específica aos participantes do evento. Assim sendo, a teoria que pretendemos desenvolver é a de que a partícula {-te} está diretamente associada ao aspecto perfectivo e só ocorre com sujeitos agentes. Já a partícula {-my} está associada à semântica de afetação, visto que só ocorre em sujeitos que recebem papel temático psicológico. Por sua vez, a marca de Caso default está associada aos demais contextos, ou seja, figura no sujeito de verbo transitivo somente quando aspecto não é o perfectivo. Por esta razão, verbos no presente e no futuro favorecem a marca default. Em suma pretendemos demonstrar que a marcação diferencial do sujeito nesta língua está

diretamente associada a pelo menos dois fatores, aspecto e natureza semântica do predicado.

PALAVRAS-CHAVE: Parkatejê; marcação diferencial; ergatividade cindida

TÍTULO DO TRABALHO: A Ergatividade cindida na língua Macuxi

Autor: Nasle Maria Cabana (UFMG)

RESUMO:

O objetivo da presente proposta é apresentar alguns aspectos relativos à ergatividade da língua Macuxi, da família Karib, falada no estado de Roraima sob uma perspectiva tipológica (Dixon, 1995). Adicionalmente, tecer uma breve análise do fenômeno segundo alguns pressupostos da teoria funcionalista (Hopper e Thompson, 1980).

O trabalho se insere em um campo de investigação linguística cujos propósitos são contribuir para a revitalização de línguas ameríndias e investigar possíveis universais que possam contribuir para uma melhor compreensão dos mecanismos da linguagem humana. Sendo assim, serão expostos resultados parciais da investigação sobre a língua Macuxi, mostrando que ela exibe ergatividade cindida motivada pela natureza semântica do NP na posição de sujeito de construção transitiva. Além disso, os dados analisados até o momento indicam que a ergatividade nessa língua é sensível também ao aspecto da sentença. Recebem tal marca os sujeitos de construções transitivas desencadeadores de evento, com ou sem controle. Entretanto, sujeitos inergativos não são marcados, o que indica que não se trata apenas de uma marca de caso que exprime o agente do processo. Por outro lado, a marca da ergatividade é apenas acionada em construções perfectivas. Essas duas características são apontadas pela teoria funcionalista como indicadores de alta transitividade (Hopper e Thompson, 1980).

DIXON, Robert M. W. *Ergativity*. Cambridge University Press, New York, USA. 1998 (1995). P. 293. LEGATE, Julie Anne. *Types of ergativity*. Department of Linguistics, 619 Williams Hall, University of Pennsylvania, Philadelphia, PA 19104, United States. Journal homepage: www.elsevier.com/locate/lingua. HOPPER, Paul J. e THOMPSON, Sandra. Transitivity in and grammar e discourse. In *Language*. Published by Linguistic Society of American. Vol. 56, no.2 (jun., 1980), pp. 251-299.

PALAVRAS-CHAVE: Ergatividade; cisão de caso; transitividade

TÍTULO DO TRABALHO: Revitalização Linguística e Rearticulação Étnica no Povo Kiriri

Autor: Gabriel Novais Cardoso (UFBA)

RESUMO:

O presente trabalho visa apontar algumas reflexões relacionadas à revitalização de línguas indígenas dentro da área etnográfica do Nordeste – e suas articulações com as especificidades políticas e étnicas dessa área. Elaboradas a partir do desenvolvimento de uma pesquisa de conclusão de curso sobre antropologia política num grupo indígena do Nordeste, que se desenrolou em conjunto com os primeiros movimentos para um projeto de revitalização linguística entre o grupo em questão.

A pesquisa e o projeto se desenvolvem a partir do segundo semestre de 2016 junto ao Prof. Dr. Marco Tromboni S. Nascimento, entre o povo Kiriri com território localizado

entre os municípios de Banzaê, Ribeira do Pombal e Quijingue, nordeste baiano, no médio Itapicuru, com um território de 12.300 hectares. Esse grupo indígena, como muitos outros da região dos sertões nordestino, resistem há cerca de 350 anos de contato com a sociedade colonial, sendo a primeira região – após os litorais – de mais duradouro contato sistemático entre populações indígenas e não-indígenas.

O que aqui se propõe é compreender como se articulam as representações sociais Kiriri sobre sua língua indígena - “dos antigos” - seu papel na vida ritual e política do povo (intra e interetnicamente) e a atual situação política Kiriri, marcada pelo “seccionalismo”: a divisão intra-etnica do grupo em secções politicamente autônomas e que afirmam especificidades identitárias no seu modo de ser indígena ainda que se identifiquem como participantes de uma totalidade maior: “o povo Kiriri”, e, inclusive, disputam em alguns casos uma maior legitimidade indígena enquanto Kiriri, a partir dos mesmos diacríticos que utilizam para afirmar a unidade e especificidade do povo frente a sociedade nacional – entre estes, a língua.

PALAVRAS-CHAVE: Revitalização linguística; línguas indígenas; Antropologia Política

TÍTULO DO TRABALHO: Kiriri: Uma Intersecção entre História e Língua

Autores: Jardel Jesus Santos Rodrigues (UFBA); Fernanda Lima Almeida (UFBA)

RESUMO:

Este trabalho propõe examinar uma documentação histórica que possa contribuir para a compreensão dos processos sociais e linguísticos que culminaram na substituição do Kipeá, antiga língua falada pelos Kiriri (Banzaê-BA), pela língua portuguesa, sua atual língua materna. O projeto da Companhia de Jesus de catequização das “almas” procurou reduzir a diversidade linguística, no que se configurou como a primeira política de gestão de línguas na América portuguesa. O caso dos Kiriri é elucidativo nesse sentido, uma vez que as missões jesuíticas do século XVII, no sertão nordestino, criaram aldeamentos que agregaram diferentes povos autóctones provenientes das várias partes da imensa região das “Jacobinas”, nos quais ensinavam-lhes a doutrina cristã através de uma língua geral que poderia ser compreendida pelo maior número de indivíduos. Na empreitada da catequese, a Companhia de Jesus contou com padres que, de acordo com Serafim Leite (1945), se tornaram especialistas na língua dos Kiriri, a exemplos dos Padres João de Barros e Luis Vincêncio Mamiani. O trabalho de documentação linguística realizado, sobretudo por João de Barros, através de relatórios, rascunhos e coleta de informações, gerou o catecismo e a arte de gramática, publicados por Mamiani (1698,1699), fato que comprova a intenção de fazer do kipeá uma língua geral, haja vista que sua publicação implicava altos custos e complicações burocráticas. Atualmente, os Kiriri pretendem revitalizar a língua dos seus antepassados, já que se constituiria o mais evidente e eficaz demarcador étnico de sua alteridade, de implicações religiosas e políticas, perpassando, portanto, vários aspectos do tecido social desse grupo. Apropriar-se do entendimento da história da língua dos Kiriri é fundamental para refletir sobre os processos pelos quais essas populações foram sujeitadas, desde o tempo de seus “troncos velhos”, culminando na atual na situação sociolinguística desse povo, ponto de partida de seu projeto de revitalização linguística para o qual esse trabalho pretende servir de subsídio.

PALAVRAS-CHAVE: Documentação histórica; Linguística; Kiriri; catequese



TÍTULO DO TRABALHO: Desafios que perpassam os Kiriri com a disciplina língua indígena

Autor: Vanessa Coelho Moraes (UFBA)

RESUMO:

Os Kiriri são uma das etnias indígenas que vivem no norte da Bahia, no município de Banzaê, atualmente existem aproximadamente 4 mil índios dentro de um território de 12.300 hectares. Na década de 70, eles começaram um processo de reafirmação identitária, pois só a partir do momento em que se identificam como índios e demonstram isso para o estado, têm o direito a terem um território indígena. Para efetivar isso, eles começaram a buscar uma série de práticas que fizessem a sociedade regional, o estado e outras etnias legitimarem eles enquanto índios. Apesar de eles terem conquistado seu próprio território, ainda hoje são acusados de que não são índios tanto pela sociedade envolvente quanto outras etnias. O argumento principal para isso é o fato de não falarem uma língua indígena. Isso afeta a construção da sua identidade tanto externamente quanto internamente, pois é comum discursos entre eles de que falta algo em sua identidade e esse algo é uma língua própria. Atualmente, possuem escolas diferenciadas com uma série de elementos específicos da sua própria cultura, inclusive com uma disciplina voltada apenas ao estudo da sua língua. Porém, eles enfrentam uma série de desafios, já que não existem mais falantes da sua própria língua, a qual eles acreditam ser o kypeá. Eles conhecem apenas alguns elementos dela, como uma parte do seu léxico apreendido através da tradição oral com os mais velhos e com suas entidades sagradas. Além disso, no século XVII foi feita uma arte da gramática e um catecismo por um padre sobre essa língua, da qual eles conseguem traduzir algumas palavras. Apesar de existir um conhecimento que pode ser utilizado como conteúdo escolar, ainda é escasso. Eles não possuem currículo dessa disciplina, não têm conhecimento sobre linguística que lhes permita entender melhor os materiais sobre o kypeá, não têm muitos materiais didáticos sobre isso e, devido às questões políticas, existe uma série de conflitos entre os professores, sendo comum eles se deslegitimarem mutuamente. Assim, esse trabalho se propõe a discutir os desafios que esses professores estão enfrentando e a relevância dessa disciplina nessa comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação diferenciada; Kiriri; língua indígena

TÍTULO DO TRABALHO: Mapeando a Diversidade Linguística do Território Indígena Kiriri, em Bazaê-Ba: Proposta para Elaboração de um Atlas Linguístico

Autores: Pedro Daniel dos Santos Souza (UNEB/UFBA); Élvia Martins Falcão Souza (UFBA)

RESUMO:

De inícios da conquista e da colonização até meados do século XVIII, a América portuguesa se caracterizava por um *multilinguismo generalizado* (MATTOS E SILVA, 2004), sendo o português apenas uma das muitas línguas faladas, e por uma minoria da população. As políticas linguísticas implementadas, tanto a prática jesuítica quanto a política pombalina, de meados do século XVIII, que tornou o português língua oficial e, assim, encerrou a possibilidade do Brasil vir a ter uma base linguística indígena, foram fundamentais para as reconfigurações sociolinguísticas desse território. Os povos Kiriri, falantes do kypeá, por meio de um processo de substituição linguística, deixou de falar



Università
degli Studi
di Perugia



sua língua e, progressivamente, adotou o português como língua materna, passando a fazer parte das estatísticas dos glotocídios que marcaram os três séculos iniciais de nossa história. O encontro assimétrico entre o português e o kipeá, provavelmente, produziu a emergência de uma variedade de língua “estropiada” (SILVA NETO, 1950), testemunha, portanto, do contato linguístico, da generalização da língua portuguesa e da localização do multilinguismo. Ao lado dessa variedade “estropiada” do português, a permanência, sobretudo, de elementos léxico-semânticos do kipeá possivelmente faz parte da reconfiguração sociolinguística do território indígena dos Kiriri, o que só um exaustivo trabalho de documentação linguística poderá atestar. Tradicionalmente, descrever uma língua reduzia-se à elaboração de uma gramática, um dicionário e uma coletânea de textos. Em anos recentes, novos métodos de documentação foram desenvolvidos, focalizados na gravação de amostras da língua, na digitalização e anotação das gravações e no seu uso para revitalização linguística. Na abertura dos métodos, a elaboração de atlas linguísticos, com vistas à identificação das diferenças diatópicas consideradas na perspectiva da Geolinguística, constitui-se como um importante instrumento para uma melhor compreensão da realidade linguística de uma dada região. Considerando essas questões, objetivamos apresentar uma proposta para a elaboração do *Atlas Linguístico do Território Indígena Kiriri* (ALTIK), no tocante ao português e à língua indígena, discutindo alguns dados iniciais coletados por meio de entrevistas sociolinguísticas e de fontes para uma história social da cultura escrita.

PALAVRAS-CHAVE: Kiriri; documentação; revitalização linguística; Dialectologia